



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

Parecer n. 1/2021/CTOC-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.002569/2021-95

Interessado: **Comitês PCJ** - Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) e Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1).

Assunto: **solicitação ao CNRH para prorrogação do prazo para propor revisão dos mecanismos e valores da Cobrança no PCJ.**

1. INTRODUÇÃO

1. Os **Comitês PCJ** enviaram ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) o Ofício n. 136/2021 (SEI 3063252) em que solicitam a prorrogação do prazo para apresentação de proposta da revisão dos mecanismos vigentes e valores da Cobrança PCJ.
2. O pedido faz-se necessário porque a Resolução CNRH n. 204, de 16 de outubro de 2018, em seu Art. 2º, determina que os **Comitês PCJ** promovam a revisão dos mecanismos e valores das Cobranças PCJ e os encaminhem ao CNRH até 30 de junho de 2021, prazo que não poderá ser cumprido.
3. O assunto foi objeto de discussão da 7ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC), ocorrida em 18.03.2021, quando representantes dos **Comitês PCJ** e da Agência das Bacias PCJ apresentaram os argumentos incluídos nos anexos do Ofício n. 136/2021 (SEI 3063252) responderam às dúvidas e ponderações dos membros e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
4. Os termos deste Parecer constam da Ajuda-Memória da 7ª Reunião da CTOC por unanimidade na 8ª reunião, realizada em 15.04.2021.

2. ANÁLISE

5. O Art. 2º Resolução-CNRH n. 204/2018 determina que os **Comitês PCJ** promovam a revisão dos mecanismos e valores das Cobranças PCJ e os encaminhem ao CNRH até 30.06.2021, explicitando no parágrafo único que essa revisão seja orientada pelo plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica.

6. O Ofício n. 136/2021 (SEI 3063252) explica que consta no 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão ANA n. 003/2011, celebrado entre a [ANA](#) e a [Agência das Bacias PCJ](#), o indicador “3F”, denominado “Proposição ao Comitê de novos valores a serem cobrados”, e suas respectivas metas para os exercícios de 2019 e 2020. Para cumprir essa meta, a [Agência das Bacias PCJ](#) elaborou Termo de Referência (TR) para a contratação de estudos de novos mecanismos e valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos e que foi discutido e aprovado pelo Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cobrança) da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos [Comitês PCJ](#) e, ato contínuo, foram iniciados os procedimentos para licitação.

7. Com o advento da pandemia de COVID-19, e das incertezas do cenário econômico, inclusive no que se refere às capacidade de pagamento dos usuários, a licitação foi suspensa. A opção foi por não realizar os estudos enquanto o contexto não se aclarasse, sendo necessária a pactuação de um novo cronograma para o tema.

8. O Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ para o período de 2020 a 2035 foi aprovado 31.08.2020, por meio da Deliberação dos [Comitês PCJ](#) n. 332/2020 (SEI 3063255), o que é pré-requisito que deverá orientar o estudo da revisão dos mecanismos e valores de cobrança, conforme indica a [Resolução-CNRH n. 204/2018](#).

9. Diante dos fatos mencionados, a Diretoria da [Agência das Bacias PCJ](#) recomendou aos [Comitês PCJ](#) que os estudos relacionados aos valores de cobrança a serem praticados nas Bacias PCJ fossem retomados a partir do início do segundo semestre de 2021, com perspectiva de conclusão e aprovação, em âmbito dos [Comitês PCJ](#), para o final do segundo semestre de 2023. Os [Comitês PCJ](#) aprovaram, 11.12.2020, a Deliberação n. 345/2020 (SEI 3063257), acerca do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PAP-PCJ) para o exercício 2021-2025, e Deliberação dos [Comitês PCJ](#) n. 346/2020 (SEI 3063258), o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (POA-PCJ) para o exercício 2021. Esses documentos afirmam a sustentabilidade financeira, com base nos valores atualmente cobrados, para a manutenção do custeio administrativo da [Agência das Bacias PCJ](#).

10. O assunto foi apreciado e aprovado pela CT-PL, em sua 80ª Reunião Ordinária, realizada em 05.03.2021.

11. No âmbito da [CTOC](#), o assunto foi tratado na reunião de 18.03.2021, cuja Ajuda-Memória foi aprovada em 15.04.2021. Na ocasião, o Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, explicou a demanda dos [Comitês PCJ](#) aos representantes da [CTOC](#), que haviam tido acesso prévio ao Ofício n. 136/2021 (SEI 3063252) e a seus anexos.

12. O Sr. André Navarro explicou que a pandemia de COVID-19 interferiu no cronograma previsto para elaboração dos estudos que embasariam a proposta de revisão dos valores de cobrança. Adicionou que a pandemia também criou ambiente de incerteza econômica para o futuro tornando o ambiente inadequado à revisão de valores. Diante do cenário, os [Comitês PCJ](#) aprovaram um novo cronograma para elaboração dos estudos e apresentação da proposta de forma alinhada com a elaboração do novo Plano da Bacia. Pelo novo cronograma, o TR para elaboração dos estudos será revisado até 30.06.2021 a fim de permitir contratação até 31.12.2021 e conclusão até 31.12.2022. A aprovação nos [Comitês PCJ](#) ocorrerá até 31.12.2023, **sendo encaminhada a resolução do CBH ao CERH e ao CNRH no início de 2024.**

13. Os Srs. Sergio Razera e Ivens de Oliveira, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, detalharam avaliação acerca do equilíbrio econômico e financeiro do Comitê durante o novo prazo solicitado. Esclareceram que há R\$ 16,2 milhões em projetos finalísticos já contratados, aguardando apenas o efetivo desembolso, e outros R\$ 8,3 milhões destinados a novos investimentos para 2021. Adicionalmente há também cerca de R\$ 1,2 milhão para custeio administrativo proveniente de saldos de exercícios anteriores. Considerando o período 2020-2025, o total de receitas estimado, com base nas projeções de arrecadação da cobrança federal, da cobrança estadual paulista e da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, é de R\$ 165,9 milhões. As projeções para custeio administrativo da Agência para o período 2021-2025 são de R\$ 3,0 milhões para receitas anuais e de R\$ 2,7 milhões para despesas anuais.

14. A representação da ANA afirmou a importância de estar sendo mostrada a garantia da sustentabilidade dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, principalmente no contexto em que um grande usuário efetua pagamentos significativos em depósito judicial. Ressaltou também o fato de a cobrança ter sido definida em função de ações do plano de bacia, que devem ser desenvolvidas com os valores arrecadados com o instrumento da cobrança.

15. Os membros da CTOC consideraram suficientes as explicações dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ e aprovaram a solicitação e decidiram encaminhar o assunto à CTAL.

3. CONCLUSÕES

16. Considerando as competências do CNRH e da CTOC fixadas na Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e no Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos considerou adequados os argumentos apresentados pelos Comitês PCJ e pela Agência das Bacias PCJ.

17. Assim, **a CTOC manifesta-se favoravelmente a que o prazo previsto no Art. 2º Resolução-CNRH n. 204/2018 seja prorrogado para 30.06.2024.**

4. ENCAMINHAMENTO

18. Encaminha-se este Parecer à Secretaria-Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao envio ao Plenário do Conselho, a matéria seja objeto de análise da CTAL, para, conforme disposto no Decreto n. 10.000, de 2019: *“analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”*.

Em 19 de maio de 2021.

FRANCISCO IGOR AIRES NUNES
Coordenador da CTOC



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Igor Aires Nunes, Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 20/05/2021, às 08:33, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3163643** e o código CRC **C3FC8D54**.
